



Prefeitura Municipal de Birigui

ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Administração
Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho
CNPJ 46.151.718/0001-80
medicinadotrabalho@birigui.sp.gov.br

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

O objeto desta licitação é o registro de preços para aquisição de EPI (Equipamento de Proteção Individual) para os servidores públicos municipais desta municipalidade, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Anexo I e neste Termo de Referência.

As solicitações serão efetuadas, conforme a necessidade para atender os interesses da Administração. A descrição completa dos itens está na tabela do “ANEXO I - DESCRIÇÃO DO OBJETO DO CERTAME”.

1.1 - DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

O objeto deverá ser entregue, a expensas da vencedora, no prazo máximo de 15 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço de segunda a sexta-feira, das 07h00 às 10h30 e das 13h00 às 16h30 nos endereços constantes em cada Autorização de Fornecimento a ser emitida pelas respectivas Secretarias e Departamentos Públicos Municipais solicitantes da Prefeitura Municipal de Birigui.

O objeto deverá ser entregue acondicionado adequadamente, de forma a resistir à armazenagem e permitir completa segurança durante o transporte.

As licitantes vencedoras deverão observar com rigor a qualidade inquestionável de seus produtos, em todas suas características. Caberá as Secretarias e Departamentos Públicos Municipais solicitantes atestarem o recebimento do material, não se eximindo a contratada de ser chamada para substituir, à sua custa, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verifique irregularidade.

O recebimento dos produtos PODERÁ ser feito em duas etapas, conforme abaixo:

- **PROVISORIAMENTE**, no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade do produto com as especificações constantes na proposta apresentada, da Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e da Nota Fiscal. O recebimento provisório no ato da entrega deverá ser feito pela pessoa requisitante, ou servidor por ela designado.
- **DEFINITIVAMENTE**, depois de efetuar a conformidade das especificações, qualidades do objeto, em até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da data do recebimento provisório. Se o servidor requisitante tiver dúvidas quanto à conformidade do item entregue com relação ao item contratado pelo registro de preços, o servidor requisitante poderá se dirigir à Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho para fazer a conferência com o item deixado como amostra no processo licitatório.

O recebimento provisório dos objetos não implica na sua aceitação definitiva, uma vez que dependerá da análise dos mesmos, pelo gestor do recebimento, que deverá verificar a quantidade e atendimento a todas as especificações, contidas no edital para a aceitação definitiva.

A aceitação definitiva não exclui a responsabilidade da contratada pelo perfeito desempenho do objeto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer defeitos de fabricação detectados quando da utilização dos mesmos.

Os objetos que forem recusados (no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo igual ou inferior a 72 (setenta e duas) horas, contados da notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para a contratante. Se a substituição não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita a aplicação das sanções penais previstas em edital.

Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas com os membros da COMISSÃO ESPECIAL para acompanhamento desse SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO através dos Senhores: ALEX COELHO DA SILVA, MARCIO ANTONIO DE SOUZA e GUILHERME BERTECHINI PINHO, nomeados pela PORTARIA Nº 67 de 26 de outubro de 2022, pelo telefone (18) 99146-1304.



Prefeitura Municipal de Birigui

ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Administração
Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho
CNPJ 46.151.718/0001-80
medicinadotrabalho@birigui.sp.gov.br

2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)

A aquisição justifica-se pela necessidade de proporcionar condições de trabalho de forma segura e adequada aos servidores municipais e o cumprimento da legislação trabalhista, bem como promover a prevenção e a redução de riscos de acidentes no ambiente de trabalho e proporcionar boas condições de saúde e bem-estar.

Os equipamentos proteção individual fazem parte de um conjunto de ações destinadas à proteção do trabalhador contra riscos (físicos, químicos, biológicos, ergonômicos ou de acidentes) capazes de ameaçar sua segurança e sua saúde. Assim, os Equipamentos são de grande importância para preservar a integridade física dos servidores lotados nas diversas áreas desta municipalidade. Segundo a lei 6.514, é obrigação da empresa, fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, e em perfeito estado de conservação e funcionamento.

Diante do Estudo Técnico Preliminar elaborado, não identificamos alternativas técnicas à solução escolhida, em razão da flexibilidade oferecida pelo modelo de contratação por registro de preços. A aquisição de EPIs ocorre de maneira eventual e os equipamentos têm durabilidade variável, dependendo principalmente da natureza da atividade e da frequência do uso. Esses fatores favorecem a utilização de um modelo de compra flexível, permitindo que as aquisições de cada secretaria se ajustem às necessidades de cada secretaria requisitante.

Alguns itens são agrupados em lotes devido à necessidade de compatibilidade entre eles. Por essa razão optou-se em agrupar os cartuchos, filtros e as máscaras semifaciais (lote 26), e cartuchos e máscaras faciais completas (lote 27). Desta forma a empresa contratada fica obrigada a fornecer os cartuchos compatíveis com as máscaras adquiridas.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 - DAS AMOSTRAS:

Conforme solicitação do Engenheiro de Segurança do Trabalho; com vistas à definição de compra, sob o aspecto de qualidade, é indispensável às licitantes apresentarem 01 (uma) amostra de cada item dos quais sagraram-se vencedoras, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o encerramento do certame, amostra (s) esta (s) que deverá (ão) ser entregue (s) na(s) embalagem(ns) solicitada(s), devidamente etiquetada com o nome da licitante e descrição dos itens e as suas referidas marcas;

A(s) amostra(s) deverá(ão) ser entregue(s) na Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho, situado no CENTRO ADMINISTRATIVO LEONARDO SABIONI na Rua Anhanguera 1155, Jardim Morumbi, Birigui-SP, no horário das 07:00 às 16h00, em dias úteis, sendo expedido um termo circunstanciado discriminando os itens recebidos.

Após a entrega da(s) amostra(s) no endereço descrito acima, qualquer das licitantes, através do cadastro da BLL, serão comunicados via chat, o local, a data e o horário, para o acompanhamento das análises das amostras.

Somente poderão acompanhar a análise das amostras os representantes credenciados pelas licitantes, devidamente identificado por documento oficial com foto.

A(s) amostra(s) será(ão) analisada(s) pela COMISSÃO ESPECIAL, instituída pela portaria 67/2022, liderada pelo Engenheiro de Segurança do Trabalho, com vistas às descrições elencadas nas especificações, através de critérios objetivos de análise.

Serão analisadas a qualidade de embalagem dos itens e a conformidade dos mesmos com a descrição estabelecida em cada produto. Todos os itens deverão possuir Certificado de Aprovação pelo Ministério do Trabalho.

Após análise e constatação de que a(s) amostra(s) atende(m) plenamente às especificações e não apresenta(m) nenhum tipo de defeito, será lavrado termo de responsabilidade, no qual a licitante vencedora se comprometerá a entregar os objetos de acordo com as especificações e a(s) amostra(s) apresentada(s)



Prefeitura Municipal de Birigui

ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Administração
Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho
CNPJ 46.151.718/0001-80
medicinadotrabalho@birigui.sp.gov.br

não será(ão) devolvida(s), pois será(ão) utilizada(s) como parâmetro de comparação com os objetos a serem entregues;

A análise será realizada de forma a obter a comprovação de que os objetos atendem as especificações ofertadas e licitadas, e aos demais critérios de avaliação do objeto. Caso a(s) amostra(s) apresente(m) defeitos e/ou desconformidades com as especificações, a empresa terá o prazo único e improrrogável de até 03 (três) dias úteis para apresentar nova amostra, sob pena de rejeição definitiva.

Em caso de rejeição definitiva da(s) amostra(s) apresentada(s) pela licitante vencedora, a mesma será desclassificada; e após o prazo de recurso, será convocada a 2ª (segunda) classificada, devendo esta obedecer as mesmas regras com relação à entrega das amostras. A falta de apresentação da amostra também acarretará a desclassificação da licitante.

A Comissão Especial liderada pelo Engenheiro de Segurança do Trabalho emitirá parecer conclusivo sobre as amostras aprovadas ou reprovadas, expondo os seus respectivos motivos.

Será divulgado através de publicação no Diário Oficial do Estado, no Jornal de grande circulação Regional, quanto ao resultado do parecer descrito no item 16.10 do Edital, que será disponibilizado às interessadas no sítio da Prefeitura Municipal de Birigui (www.birigui.sp.gov.br), e no chat da plataforma, podendo a empresa reprovada no item respectivo interpor recurso administrativo contra a decisão.

A interposição do recurso deverá ocorrer no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, dirigido à Comissão Especial para Julgamento de Amostras, que poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-la devidamente motivada à Autoridade Superior;

O prazo de início do recurso começará a partir do primeiro dia útil subsequente à disponibilização do parecer conclusivo no site virtual da Prefeitura Municipal de Birigui.

Somente após a realização da análise de amostras, o processo poderá ser homologado e o(s) Contrato(s) emitido(s).

3.2 - PARA FINS DESTE PREGÃO SERÃO CONSIDERADOS:

EPI (Equipamento de Proteção Individual) que atenda a especificação técnica exigida pela **NORMA REGULAMENTADORA 6 - NR 6. Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978.**

Alterações/Atualizações D.O.U.

Portaria SSMT n.º 05, de 07 de maio de 1982.
Portaria SSMT n.º 06, de 09 de março de 1983.
Portaria DSST n.º 05, de 28 de outubro de 1991.
Portaria DSST n.º 03, de 20 de fevereiro de 1992.
Portaria DSST n.º 02, de 20 de maio de 1992.
Portaria DNSST n.º 06, de 19 de agosto de 1992.
Portaria SSST n.º 26, de 29 de dezembro de 1994.
Portaria SIT n.º 25, de 15 de outubro de 2001.
Portaria SIT n.º 48, de 25 de março de 2003.
Portaria SIT n.º 108, de 30 de dezembro de 2004.
Portaria SIT n.º 191, de 04 de dezembro de 2006.
Portaria SIT n.º 194, de 22 de dezembro de 2006.
Portaria SIT n.º 107, de 25 de agosto de 2009.
Portaria SIT n.º 125, de 12 de novembro de 2009.
Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010.
Portaria SIT n.º 292, de 08 de dezembro de 2011.
Portaria MTE n.º 1.134, de 23 de julho de 2014.
Portaria MTE n.º 505, de 16 de abril de 2015.
Portaria MTb n.º 870, de 06 de julho de 2017.



Prefeitura Municipal de Birigui

ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Administração
Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho
CNPJ 46.151.718/0001-80
medicinadotrabalho@birigui.sp.gov.br

3.3 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

Promover a execução do objeto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica, observadas, especialmente, as disposições deste Termo de Referência.

Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente suas devidas indicações.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), **QUE IMPLICA** na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas da notificação o produto, sem qualquer ônus a adquirente, inclusive quanto à retirada dos itens rejeitados, independente das quantidades rejeitadas.

Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da entrega, caso existam motivos que impossibilitem o cumprimento do pactuado dentro do inicialmente previsto, com a devida comprovação.

Manter, durante a execução do pactuado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que estiver obrigada, nas condições previstas neste Termo de Referência.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

Responder pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução das obrigações contraídas, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.

Fornecer EPI (Equipamento de Proteção Individual) de excelente qualidade, que atendam rigorosamente às especificações, bem como ao regulamento do INMETRO, sendo o prazo máximo para sua entrega de 15 (quinze) dias corridos, contados da data de emissão da Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento.

Efetuar a troca no prazo igual ou inferior a 72 (setenta e duas) horas o objeto deste certame, que estiverem fora das especificações contidas no edital e seus anexos, bem como na proposta do licitante, ou em que se verificarem vícios ou defeitos de fabricação, aparentes ou ocultos, o produto que se apresentar impróprio sem qualquer ônus para a contratante.

Responder, integralmente, por perdas e danos que vir a causar a este órgão ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

As Secretarias e Departamentos Públicos Municipais solicitantes, não aceitarão, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.



Prefeitura Municipal de Birigui

ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Administração
Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho
CNPJ 46.151.718/0001-80
medicinadotrabalho@birigui.sp.gov.br

Poderá ser exigido da contratada a qualquer tempo, teste de qualidade dos produtos ofertados e entregues, junto a um órgão competente, público ou privado, teste este que ocorrerá pelas expensas da contratada, conforme artigo 075 da lei 8666/93 (Salvo disposições contrárias constantes do edital, do convite ou de ato normativo, os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado).

3.4 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Fornecer à contratada todas as informações necessárias visando propiciar a perfeita execução do contrato.

Promover, por meio de servidor designado pelas Secretarias e Departamentos Públicos Municipais solicitantes, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços ou entrega do objeto, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de qualquer fato que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

Permitir o acesso dos funcionários da contratada, quando da entrega com veículo na sede das Secretarias e Departamentos Públicos Municipais solicitantes, desde que devidamente identificados.

Efetuar o pagamento à empresa contratada, no máximo em até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e certificação da entrega definitiva do objeto pelas Secretarias e Departamentos Públicos Municipais solicitantes, de acordo com as condições de preço e pagamento estabelecidos neste termo de referência.

Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos do certame que a contratada entregar fora das especificações do edital e seus anexos.

4 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

Os equipamentos de proteção individual tem vida útil variável e a durabilidade é relacionada principalmente à frequência e intensidade da exposição. Sendo assim, a melhor alternativa é a aquisição de forma parcelada, conforme as necessidades das Secretarias e Departamentos Públicos Municipais. A entrega deverá ser feita nas unidades das secretarias solicitantes, as quais contam nas respectivas autorizações de fornecimento.

5 – MANUTENÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GARANTIAS OFERECIDAS

A durabilidade dos itens varia de acordo principalmente com a frequência de uso, intensidade da exposição e tipo de ambiente. A garantia contra defeitos de fábrica varia de equipamento para equipamento e conforme a fabricante.

6 – GESTORES DO CONTRATO

Serão gestores do presente contratos os seguintes servidores:

Nome: Marcio Antonio de Souza

Cargo: Técnico em Segurança do Trabalho

Nome: Alex Coelho da Silva

Cargo: Engenheiro de Segurança do Trabalho

Nome: Guilherme Bertechini Pinho

Cargo: Chefe da Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho



Prefeitura Municipal de Birigui

ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Administração
Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho
CNPJ 46.151.718/0001-80
medicinadotrabalho@birigui.sp.gov.br

A Comissão Especial (instituída pela portaria 67/2022) liderada pelo Engenheiro de Segurança do Trabalho serão responsáveis pela avaliação das amostras conforme especificado no item 3. O recebimento provisório dos itens nas unidades requisitantes deve ser feito pelo servidor requisitante, ou pessoa por ela designada.

Caso os itens entregues sejam distintos ou estejam em desconformidade com a descrição do objeto, os requisitantes poderão comparecer à Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho para conferir o item entregue com o item deixado como amostra na etapa de aprovação.

7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

7.1 - Prazo das atas de registro de preço:

O prazo de vigência das atas de registro de preço deverá ter duração de 12 meses (doze) meses.

7.2 - Prazo para pagamento:

Em até 30 DDL (dias da data líquida). As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada, e seus vencimentos e eventuais pagamentos ocorrerão em até 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

7.3 - Medidas Acauteladoras:

Consoante ao artigo 45 da lei nº 9.784/1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

8 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

O objeto da contratação está dentro do planejamento anual e inserido no Plano de Contratações Anual de 2023, com início no primeiro semestre.